

Manifestações religiosas processionais. Passado e presente na tradição brigantina

Processional religious manifestations. Past and present in the brigantine tradition

MARÍLIA CASTRO

Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação.

mcastro@ipb.pt

ORCID: 0000-0002-8952-7970

Recibido/Aceptado:10-20-2018/16-01-2019

Como citar: CASTRO, Marília. 2019. Manifestações religiosas processionais. Passado e presente na tradição brigantina. *Journal of the Sociology and Theory of Religion (S. I.)*, 8: 83-110.

Este artigo está sujeito a uma: licença "[Creative Commons Reconocimiento-No Comercial](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)" (CC-BY-NC).

DOI: <https://doi.org/10.24197/jstr.0.2019.83-110>

Resumo: De centúrias passadas remontam algumas demonstrações religiosas dos fiéis católicos. As tradições processionais brigantinas apresentam-se como manifestações públicas, numa junção e mescla de simbologias num mesmo cerimonial, acompanhado por entidades laicas e religiosas, que assumem nesta participação um elo integrador e respeitador desses valores e dessas crenças, assumindo-se a procissão, também, como congregador social. As iconografias representativas destas devoções populares, em que a linguagem simbólica adotada espelha esse respeito e uma solenidade inquestionável, refletem simultaneamente diversas (re)interpretações estéticas e artísticas. Identificando-se diferentes olhares que perscrutam todos esses símbolos representativos integrados em leituras e apreensões subjetivas numa expressão de sentimentos devocionais.

Palavras - chave: Devoção; demonstração pública; solenidade processional; iconografia; imaginária religiosa.

Abstract: From past centuries go back some religious demonstrations of the Catholic faithful. The brigantine processional traditions present themselves as public manifestations, in a junction and mixture of symbologies in the same ceremonial, accompanied by lay and religious entities, who assume in this participation an integrating and respectful link of these values and of these beliefs, assuming the procession, also, as a social congregator. The representative iconographies of these popular devotions, in which the symbolic language adopted mirrors this respect and an unquestionable solemnity, reflect both aesthetic and artistic (re)interpretations. Identifying different glances that examine all these representative symbols integrated into subjective readings and apprehensions in an expression of devotional feelings.

Keywords: Devotion; public demonstration; processional solemnity; iconography; imaginary religion. Lenten processional ceremonies; Devotional reflexes. Iconographic images of an art and aesthetics.

Tradicionalmente reconhecidas como uma forma pública de demonstração da religiosidade dos povos católicos, as procissões assumiram-se através dos tempos como sinais exteriorizados de *louvor*, bem como, de *súplica*, *penitência*, mas também de *agradecimento*, avocando-se como um conjunto de ações devocionais impregnadas de ritualidade e simbologia. Neste cerimonial processional identifica-se “por um lado uma homenagem e deferência para com Deus e, por outro, a sua exaltação”, arcando esta última com “variadas dimensões inerentes às diferenciações sociais da festa religiosa dando origem a determinadas formas de sociabilidade” (Gouveia, 2001:67).

“De origem bastante antiga, com referências fundacionais na Sagrada Escritura e com práticas confirmadas desde os séculos iniciais do cristianismo, a procissão era um cortejo público que agrupava o clero em torno de uma relíquia, livro sagrado, imagem, prece, agradecimento ou ao redor do Santíssimo Sacramento” (Azevedo, 2000:334).

De um tempo pós-tridentino perante os, então recentes, enfrentamentos e questionamentos devocionais e organizacionais protestantes, as procissões reafirmaram-se configuradas e definidas pelos textos conciliares e constitucionais diocesanos. De tal se constata, por exemplo, no texto conciliar tridentino, sessão XIII *Decreto do Santíssimo Sacramento da Eucharistia* (11 de outubro de 1551), capítulo V *Do culto, e veneração, que se deve dar a este Santíssimo Sacramento* pela recomendação que “todos os Fiéis de Christo, segundo o costume recebido sempre na Igreja, tribuem a este S.S. Sacramento a veneração, e culto de latria, que só se deve a Deos” (O Sacrosanto, 1781:253-255), declarando nesse seguimento

“que com muita piedade, e religião se introduzio na Igreja este costume de celebrar todos os annos com singular veneração, e solemnidade em dia festivo particular este sublime, e venerável Sacramento, e de ser levado em procissões reverente e honorificamente pelos caminhos, e lugares públicos”.

No seguimento desta determinação, recorda Gouveia (2000:167) que é “a partir dos séculos XVII e XVIII que esta atitude se traslada acentuadamente para as ruas, com o crescendo da liturgia processional, como forma de todos se poderem associar ao sagrado e de santificar os lugares de passagem”. As Misericórdias assumir-se-iam como um “veículo difusor” pela celebração da Paixão de Cristo, através das confrarias do Senhor dos Passos, e pela sua “imponente” procissão, segunda Sexta feira de Quaresma, como uma das celebrações penitenciais –

“momentos extremamente importantes (...) não só pela sua dimensão cultural mas também em termos de capital simbólico. Os lugares nelas ocupados, os objectos que se transportavam, os adereços que se usavam, informavam a comunidade sobre o papel e o lugar que os participantes detinham na sociedade, presentificavam distinções, lembravam hierarquias a respeitar. Eram, no fundo, uma alegoria da representação social local” (Paiva, 2006:27).

Assim, no plano organizacional processional, determinadas regras têm se destacado e permanecem como imprescindíveis, mesmo na atualidade. As funções que religiosos e laicos assumem nestes saimentos sempre previamente definidos e estipulados pelas instituições que arrogam a sua organização, por um protocolo “marcado” que nem sempre permaneceu inquestionável – “estas divisões são complexas e as suas orgânicas são casualmente acertadas ao toque dos sinos para a saída da procissão” (Gouveia, 2001:67) – não deixando de refletir estas manifestações religiosas uma exteriorização da configuração social hierarquizada, preocupações diversas com os pormenores organizativos desde o arranjo dos andores, às indumentárias envergadas e ao acompanhamento musical.

1. Bragança, cidade de mobilizações várias

Cidade repetidamente lembrada como do interior e distante dos grandes meios urbanos, tem surpreendido estudiosos pela sua dinâmica e vivacidade ao nível das diversas realizações culturais, artísticas, entre outras demonstrações e concretizações no decurso das últimas centúrias: “Regista-se uma vida cultural e intelectual que, pelas suas manifestações e atividades, não seria de esperar de um “meio frustrado” (...) como era este de Bragança” (Sousa, 2013:243).

Desde cedo se identificou nesta urbe uma dinâmica em crescendo, não isenta de dificuldades várias, desde a empreitada da sua muralha defensiva até à abertura de novos “segmentos” citadinos, já não intra-muros, algumas áreas adjacentes aos espaços conventuais – “a malha urbana medieval sofreu uma recomposição que se caracterizou pela inscrição na malha citadina de procedimentos extraídos da métrica racional em afirmação”, numa acomodação/modelação às funcionalidades modernas, “padrões da eficácia funcional, civil, militar e religiosa” e consequente reajuste da própria toponímica, numa reestruturação de espaços entre ruas e praças como recorda Rodrigues (2011:79-82), e descritivamente concretizando ainda que:

“Dias excepcionais, embora com carácter diferenciado, eram também aqueles em que o calendário impunha uma pausa à áspera labuta do dia a dia para se poder celebrar a festa com os seus prolongamentos nas esferas do sagrado e do profano. A rua e a praça deviam ainda prolongar as naves das igrejas, especialmente naqueles dias em que as palavras inflamadas do pregador, para fazerem sentido, requeriam a apropriação e sacralização do espaço citadino pela comunidade de fiéis. Em alguns destes momentos as preces colectivas podiam ser motivadas por regozijos públicos, mas na maioria dos casos confundiam-se com demonstrações de exacerbada penitência em que o colectivo da cidade afagava a alma e se deleitava na contemplação dos rostos sofridos das imagens de vida exemplar”.

Apresentando-se, na passagem do período moderno para o contemporâneo, esta urbe com uma dinâmica e vitalidade que foram marcando o tempo e o espaço, muito embora se reconheça oscilações/“recuos” temporais (como exemplo na segunda metade de Oitocentos e inícios de Novecentos), nas “festas, festividades e cerimónias – cívicas, lúdicas e religiosas” que tinham “como cenário e palco o espaço público e envolviam autoridades, forças vivas e população. Comemorações e festejos ritualizados e simbólicos, de cunho manifestamente popular” (Sousa, 2013:243). Refletindo uma espiritualidade marcadamente religiosa, estas manifestações mesclaram-se com as demonstrações cívicas, identificando-se poderes religiosos cúmplices dos seus congéneres políticos – “o sagrado contamina muitas das cerimónias; o profano penetra nos espaços sagrados” (Sousa, 2013:196) – entendendo-se o motivo da pastoral de 21 de maio de 1715, do bispo D. João Franco de Oliveira regulando a procissão dos Senhor dos Passos e “proibindo certos abusos que nela se costumavam cometer-se” (Alves, 2000:156).

Uma religiosidade popular que não deixou de ter momentos de renovação significativa, por reajustes e desaconselhamento, ou mesmo proibição, de práticas e condutas pagãs; e, como regista Azevedo (2002:406), que tem permanecido na consideração de “manifestação de uma vivência religiosa espontânea, sem nível de reflexão letrada, e transmitida aos indivíduos pelas famílias e comunidades locais, de uma forma que não se distingue do processo geral de socialização que assegura a reprodução de valores e comportamentos”. De tal, faz jus a referência às apreciações do espanhol Miguel de Unamuno y Jugo nos seus relatos de viagem por terras portuguesas (publicados em *Por terras de Portugal y España*, no ano de 1911):

“...aqui em Portugal os problemas da religião não interessam na verdade a ninguém. Parece-me que nisto, como em outras coisas, sofrem de um engano. Em poucas partes há uma fronteira tão profunda como a que há aqui entre a população rural, entre o genuíno

povo português campestre e as classes cultas, ou pseudocultas, que habitam nas cidades. A cultura destas classes é estrangeira, ou melhor, é francesa (*apud* Azevedo, 2002:148).

E, ainda nesta matéria de religiosidade popular, relembra Belarmino Afonso (2000:261), que “o devocionismo continua a ser uma característica fundamental”, sendo “mais afectiva que racional, é uma religiosidade emotiva”, apontando mesmo algumas devoções com maior influência em terras de Trás-os-Montes; também o terço como “fórmula precatória facilmente inteligível”, que aponta como reforço à “vida comunitária rural”, e a Via Sacra como “grande aceitação da Paixão de Cristo” e “meio de superar os sofrimentos próprios”.

“O homem celebra a festa e por ela marca o ritmo da sua vida” relembra Lima (2000:251), acrescentando que os “santos, estáticos nos andores, protagonizam um movimento ao interior das próprias coisas, dando ao tempo mais do que uma dimensão sagrada, um peso de eternidade” e “a procissão como encenação integradora de uma comunidade” através dessa ritualidade *versus* sensibilidade, apresenta esse “património que faz aliança com a memória da comunidade”, numa dinâmica de releituras, acrescentos e desenvolvimentos tendencialmente atuais, “revelando uma permeabilidade discreta e ponderada”. Entre os ciclos festivos e anunciada “por um longo período de preparação a seguir ao Carnaval” surge a Páscoa com primaveris indícios de um renascer. As procissões *dos Passos* com “um fundo de dor e de sofrimento”, tocam os féis. “Os capítulos explicam-se ao domingo e apoiam-se em sessões alegóricas e públicas” (p. 254-259) – encenações processionais *dos Passos* com encargo das irmandades da Misericórdia.

Bandeiras roxas, lanternas, *irmãos* envergando as suas opas e insígnias. Simbolizando o caminho do Calvário, os andores *dos Passos* (Cristo) e de Nossa Senhora (*Mãe Dolorosa*), qual catecismo emotivo num tempo festivo.

Já as Vias Sacras – “catorze estações de tradição católica” – num “exercício piedoso que as comunidades mantêm ao longo de toda a Quaresma (...) que comporta a emoção do espectáculo quando feita ao vivo, teatralizando as cenas da Paixão (...) um exercício lúdico que a geração mais nova gosta de executar”, constatando ainda Lima (2000:260) que “Hoje, as celebrações não têm o carácter tremendo de outrora, já que para tal concorriam o lugar sombrio, a língua latina, o canto gregoriano e o esquema clássico da oratória do pregador do «sermão das sete palavras» e do «sermão do enterro» (...). As procissões públicas são, ainda hoje, a fotografia dos rituais mais antigos”.

A procissão do Enterro do Senhor... “fascinante pelo lúgubre silêncio no qual encerra os passantes”... A Quaresma sendo tempo de paixão, dor e luto, reproduz “regras de estética social, de índole vocal, ornamental, alimentar e ritual” – recato na liturgia, não se entoando *Aleluia*, escolha de cores escuras, “ornamentação comedida”, altares *desnudos*, respeito pela abstinência nas sextas feiras e jejum em dias “*de cinzas*” – regras eclesiásticas que permanecem nos contributos penitenciais religiosos cristãos, num tempo em que festas de batizados e casamentos se dissuadem. “Qualquer das festas não aparece como um todo estático e hermético, mas é o espelho do carácter itinerante, movediço e adaptável de uma cultura dada” (Lima, 2000:260-262).

E, “no cortejo está a sua configuração visível e social”, destacando-se neste “a orgânica que lhe é imposta pelo clero”; “a coexistência dos fiéis” que participam no préstito como atores “do espectáculo”; “o grupo de fiéis que ficavam nas ruas, janelas e varandas, devidamente decoradas a ver passar a procissão” numa posição de público observador, “manifestando a sua crença e participando na passagem do cortejo”; e, “a sua dimensão espacial e humana. Espacial pois a procissão inicia-se em espaço sagrado, (...) percorre algumas ruas da localidade, as mais importantes e, por isso, aquelas onde habitam os notáveis locais”, e ainda “a dicotomia entre o mundo masculino dos fiéis, que é constituído, por actores da procissão desde o clero, aos portadores do cruzeiro, das varas do pátio, das lanternas, andores e instrumentos musicais” e no término da procissão as mulheres “que fielmente, exibindo ou não círios, ladeiam o centro masculino de forma ordenada e processional” (Azevedo, 2000:335/6).

2. Santa Casa da Misericórdia de Bragança e as solenidades processionais quaresmais

A religiosidade dos fiéis brigantinos foi sendo exteriorizada através de algumas devoções que através dos tempos têm sido respeitadas e perpetuadas. E, neste seguimento apresentam-se de imensa pertinência as palavras de Rodrigues (2011:82):

“A voz do púlpito tinha a capacidade de conformar os gestos e o olhar de cada um de modo a que se desse visibilidade ao império de um ambiente místico. E os irmãos das confrarias, todos os homens, especialmente os que ofereciam os ombros ao peso dos andores, sincronizavam os seus passos arrastados com as sonoridades de charamelas e trombetas ou com som confrangedor das campainhas e matracas”.

Incumbências processionais brigantinas, não diferentes do que se constata para diversas outras localidades, abrangiam a procissão *dos Ramos, dos Passos, de Endoenças, dos Fogaréus, do Enterro do Senhor* (entre distintas nomenclaturas adotadas que não brigantinas: um exemplo bracarense é a procissão *do Ecce Homo*), e sem deixar de mencionar a de *Corpus Christi*, pelo correspondente envolvimento antiquíssimo da autarquia e da população nas suas várias “incumbências” pessoais, sociais e profissionais. Contudo, centraremos-nos, por ora, numa das obrigações da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, obrigação que se mantém nos dias de hoje...

A procissão *do Enterro do Senhor* permanece e assume-se como uma responsabilidade, englobada no artigo 12º, alínea d) *As cerimónias litúrgicas da Semana Santa do seu atual* Compromisso da Irmandade (aprovado em 2015), e que já demoradamente teve descrição pertinente pelo monografista desta instituição, Monsenhor José de Castro¹, e com quem José Rodrigues (2019) no seu capítulo “Viver, celebrar, morrer...” interpela e mesmo dialoga (como o próprio afirma neste seu texto!), expandido diversos aspetos destas celebrações e comparando-as com outras similares portuguesas.

Tentando sintetizar as informações que o Arquivo Histórico desta Irmandade permite reunir, desenhamos uma “incursão” que se inicia no ano de 1838 e termina em 2007 (não esquecendo que permanece este encargo a ser respeitado).

Pelo Livro de Acórdãos desta Irmandade, na data de 14 de maio de 1838, dando seguimento à obrigação dos *Irmãos segundos*² de assegurarem determinadas figuras que integravam a procissão do Enterro do Senhor regista-se uma *Relação dos irmãos que vestirão figuras para a procissão...* o Bispo por João Manoel Gomes, as Marias por Francisco António da Cruz, a Magdalena por Joze Antonio da Silva, *tintureiro*, e quatro Profetas por Sebastiam Mendonça, Thiago Lopez, Joze Manoel Ferro e João de Barros, respetivamente (cf. Castro, 2019; Rodrigues, 2019, em nota)³. Nesta sessão

¹ A obra publicada em 1948, *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança* teve recentemente (2018) uma reedição com apresentação, revisão científica e anotação crítica por Maria Antónia Lopes (professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

² A organização inicial das Irmandades estabelecia *Irmãos* “de primeira” e “de segunda”. Posteriormente, “renovou” essas categorizações e acrescentando a de “beneméritos” (como se constata numa leitura aos seus *Compromissos* vigentes nos séculos XIX e XX).

³ Registe-se que ao longo deste texto inúmeras informações foram analisadas na compilação documental de *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança. Percursos e olhares* pelos citados historiadores, pelo que neste texto apenas faremos remissão para esses documentos, não mencionando extensivamente a referência documental dos “originais”.

observa-se igualmente que os subterfúgios de justificação para dispensa deste cumprimento são tão frequentes e duvidosos que a Mesa Administrativa decide fazer anualmente registo da distribuição para evitar os cabimentos a tais dúvidas⁴.

Nos anos seguintes (1841-1842), este cumprimento foi-se mantendo, e a transcrição da relação dos *Irmãos* que foram estando em cumprimento, denotam a manutenção desta apreensão por parte dos órgãos da instituição apesar das admoestações (cf. Monteiro, 2019).

As descrições do ano de 1861, com pormenores mais amplos sobre a extensão figurativa, foi já analisada por Monteiro (2019):

“Algumas das figuras vestidas para o Enterro também faziam parte da encenação da procissão do Senhor dos Passos e ainda podiam participar no “jantar dos presos” de Quinta Feira Santa. Um registo do escrivão de 1861 (29 de março) dá-nos informações detalhadas que nos permitem compreender como tudo se passava. Da “relação dos Irmãos que vestirão Figuras e Profetas”, constam as seguintes “figuras”: Anjos, Bispo, Três Marias, Magdalena”, a que se juntam vários “profetas”. Exemplifiquemos: (...) vestio Anjo, que levou o Calix; e na 5^a feira Santa também o mesmo Anjo acompanhou o jantar dos presos”; (...) “vestio o profeta” e na 5^a feira Santa o Anjo para o jantar dos Presos”. Um confrade vestiu “figura = Magdalena” e um outro (...) vestio Figura = Insignias = Bispo” (sic). “(...) = Figuras = Tres Marias”. Há nove irmãos (alguns com morada e profissão) a quem “tocaram” profetas que eram portadores de insígnias: “dados, columna, escadas, lança, coroa, cravos, esponja, cannas...” Enumeram-se, para além destas, outras que não teriam estado representadas (ou não foram lançadas aos irmãos, porque podiam ser levadas por seminaristas): Dardo, Martelo, Torquês, Corda, Túnica, Torre...”

Similar distribuição reflete a relação registada, pelo escrivão Francisco Eugénio de Sousa Barros, de 30 de março de 1865 (documento avulso transcrito in Castro, 2019), em que vinte e um *Irmãos* são responsabilizados pelas figuras de treze profetas (destinados às insígnias: do cálice, corva, túnica, corda, dados, martelo, torquês, cravos, lança, esponja, caixa, coluna e torre), dois barões (destino de ambos: escada), Magdalena, Bispo, 3 Marias (com destino: a escada) e três anjos (destino: a torre), num total de catorze insígnias, e a esta grelha foi acrescido um outro *Irmão* Carlos José Porfírio a

⁴ Monteiro (2019) transcreve parte da ata desta sessão de 1838, registando-se nela o desleixo de alguns *Irmãos* para com esta obrigação, agora com a ameaça de tal incumprimento ser tratado como motivo justificado para ser riscado da lista da Irmandade.

Todas as despesas que estes encargos processionais implicavam foram sendo, ao longo dos anos, um encargo bastante oneroso que, inclusivamente implicava opções nas aquisições, como se depreende pelo acórdão de 30 de dezembro de 1851, “quanto à procissão do Senhor dos Paços cujas despesas percizavão fazer se à custa da Irmandade da Misericórdia atendendo à impossibilidade em que se acha a Santa Caza de poder faze-las per si” (Livro de acórdãos 1832-1864:57).

quem pertencia um décimo quarto profeta, que igualmente devia integrar a procissão do Enterro do Senhor que se realizaria dia catorze de abril seguinte, pelas duas horas da tarde.

O *Novo Compromisso*... de 1877 mencionava entre as responsabilidades do escrivão da Irmandade (capítulo IV, artigo 37º):

“Fazer as relações dos turnos d’irmãos para os enterros, organizando para isso uma tabela ou escala, nomear por escala, os irmãos que hão de pegar ao pallio e aos andores, ou levar outras insígnias ou fazer algum outro serviço nas festividades ou procissões da casa, ficando salvo aos nomeados o recurso para a mesa” (numero 11);

“Fazer oportunamente a distribuição das figuras para a procissão do Enterro do Senhor em vista do respectivo livro, podendo, os que se julgarem agravados, reclamar perante a mesa” (número 12).

Secundamos assim a chamada de atenção de Monteiro (2019) exatamente para estas duas alíneas do mencionado Compromisso; e, para uma oscilação pouco significativa do número de figuras distribuídas através dos anos do limiar de Oitocentos (entre 1890-1897), sob a provedoria do Major Luiz Ferreira Real (que também exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal de Bragança), bem como, para os iniciais anos de Novecentos. Identificam-se interrupções ao longo de alguns anos – a documentação desta Irmandade não apresentando registos ou menção alguma sequer da sua realização, restringe esta análise, embora não a impeça... pois, no ano de 1933 (26 de março), atribui-se a responsabilidade ao vogal José Porfirio Gouveia da organização das novenas ao *Senhor dos Passos* e da procissão do *Enterro* preocupando-se a então Comissão Administrativa que estes atos religiosos tivessem a pompa merecida (Castro, 2019).

Ao longo dos anos 40, respeitaram-se as mesmas realizações, não devendo estar nelas ausente a *solenidade, pompa e brilhantismo*. Pela ata da sessão da Mesa Administrativa de 15 de março de 1948, segundo o projeto para o programa das solenidades da Semana Santa desse ano – programa da responsabilidade do seu capelão Dr. António Augusto de Almeida (eclesiástico que viria a assumir a provedoria desta Irmandade nos anos de 1960-1963), no respeitante aos encargos da Santa Casa: para *Quinta feira Santa* “Desde as 15 horas deste dia, a Igreja da Misericórdia, caprichosamente ornamentada, estará exposta ao público para visita dos fieis”, para o dia seguinte de *Sexta feira Santa* “Cerca das 15 horas, sairá da mesma Igreja a magestosa e tradicional Procissão do Enterro do Divino Senhor, este ano

organizada com grande esplendor com o concurso de uma das principais casas de Braga, especializada na apresentação de figuras alegóricas” e para *Domingo da Ressurreição* “Ao meio dia missa resada, apresentando a Igreja o quadro da Ressurreição Gloriosa do Divino Mestre”; após a aprovação deste programa, referiu-se que o custo inerente ao aluguer dos fatos para as figuras e anjos para a procissão do Enterro do Senhor seria de figuras com cabeleira quarenta e sete escudos e cinquenta centavos (sem cabeleira, quarenta escudos) e de anjos com cabeleira trinta e sete escudos e cinquenta centavos (sem cabeleira trinta escudos), ficando um terço desse valor a cargo da Santa Casa. Este ano ficaria registado pela “imponência” desta realização, considerando-se, dias após, terem excedido as expectativas, não só no cumprimento integral do programa, apesar das dificuldades imprevistas, bem como, pelos rasgados elogios para o pregador Reverendo Luís Ruivo, pároco da freguesia da Sé de Bragança,

“que, com sacrifício, aceitou o convite desta Comissão para tomar a seu cargo o sermão da Paixão, que pregou antes da Procissão do Enterro do Divino Senhor com imenso brilho, o que muito contribuiu para dar às festividades da Semana Santa, a cargo desta Instituição, a imponência que atingiram, a ponto de terem chegado ao conhecimento desta Comissão as mais lisonjeiras referências pela acertadíssima escolha do pregador” (transcrição in Castro, 2019).

Continuando os agradecimentos desta solenidade para com o capelão que assegurou as novenas ao Divino Senhor dos Passos “durante as quais o mesmo capelão fez, em todas elas, brilhantes práticas alusivas a Paixão de Cristo Senhor Nosso”, e para o *irmão* Raul Gonçalves Silvano que se responsabilizou pela orientação da ornamentação da igreja privativa “por se ter feito aquilo que com tanta imponência e grandiosidade se não fizera ainda” – por tal comprometimento, foi-lhe exarado um voto de agradecimento e louvor pela Comissão Administrativa.

Todos os anos entre fevereiro e março, sempre foi estando presente este cumprimento para com as solenidades da Semana Santa. No ano seguinte de 1949, repete-se a diligência e empenho para que o programa possa ser cumprido “tanto quanto possível”. O ornato da própria igreja está englobado, pelo que uma peça de pano, para tal fim, foi adquirida. A avaliação do evento é elencada como tendo decorrido de “forma brilhante” tendo o programa sido “integralmente cumprido com o esplendor previsto e anunciado” sendo registado um voto especial de louvor a um conjunto de entidades e pessoas individuais – Seminário de S. José, Asilo Escola de S. Francisco, Grupo de Escuteiros nº 18, S. João de Deus, Bombeiros Voluntários, Irmandade de S.

Francisco, Cabido da Sé, e os *Irmãos* Fernando Raúl Gonçalves Silvano e José Manuel Pires.

O vogal que assumisse os serviços religiosos asseguraria juntamente com o capelão estas incumbências, ficando responsável da elaboração do programa e conseqüente organização – a qual, não dispensava a aprovação do Bispo da Diocese, como foi exemplo o ano de 1950 “Ano Santo”, com a Comissão a ser presidida por um membro do Cabido da Sé e a outras confrarias e organismos estarem nesta representados – a própria Comissão de Festas nomeou uma Comissão Executiva e de Fundos constituída por *Irmãos* da Instituição. O mesmo vogal solicitou a contribuição “com a verba necessária e conveniente, dentro do orçamento do ano corrente, para fazer face as citadas festividades”, a ser entregue à dita Comissão Executiva. Uma concorrência aceite e que ficou estipulada no valor de cinco mil escudos “para custeio das despesas com a execução do programa”. No balanço das festividades, a Comissão congratulou-se com o decurso destas, decidindo enviar um agradecimento “a todas as entidades oficiais e particulares, singulares e colectivas que prestaram o seu valioso concurso para que as solenidades atingissem o brilhantismo que há grande número de anos se não verificava”. Novo ano (1951) e nova recomendação de elaborar um programa consentâneo com as disponibilidades orçamentais da Irmandade “e o costumado brilho das festividades da Semana Santa que teem merecido os mais rasgados louvores para esta Santa Casa”, sendo da livre escolha e total responsabilidade do Capelão o convite a um pregador. Dias depois, a discussão de um programa de carácter definitivo tinha já estrutura aprovada por unanimidade dos órgãos responsáveis: novena ao Divino Senhor dos Passos “com a maior solenidade possível, a qual deverá ter início em 9 de Março próximo, pelas 20 e meia horas, com sermão nos últimos três dias”, missa solene com Canto da paixão no Domingo de Ramos pelas onze horas e trinta, abertura da igreja para exposição na Quinta feira Santa, procissão do Enterro “com todo o brilho e solenidade, em Sexta-feira Santa, havendo sermão antes da saída, a qual deverá verificar-se pelas 15 horas, devendo encorporar-se nela as figuras alegóricas que constituem os diversos passos da Paixão de Jesus”, sendo responsável por vestir as diversas figuras a bracarense Casa Castilho, como já era costume. Recomendando-se que os responsáveis pela organização tivessem presente que a despesa com a execução, bem como, aquisição de alfaias entre demais artigos e ornamentação, não excedessem as verbas orçadas para esse fim, num valor antecipadamente estabelecido, como sempre acontecia (Castro, 2019).

No início de 1952, regista-se a preocupação de estruturar uma distribuição (como havia sido prática adotada noutros tempos) das figuras alegóricas que deveriam integrar a procissão de Sexta-feira Santa, a cargo dos *Irmãos*, isto em conformidade com o texto do Compromisso. Para este ano, o cuidado de reparar atempadamente a própria capela do Divino Senhor dos Passos, para as festividades quaresmais, tudo com um programa que se mantinha próximo ao anterior, como se registou em ata da sessão de 7 de março:

“Novena do Divino Senhor dos Passos, com início no dia 28 do corrente, abrilhantada pelo Grupo Coral Feminino de Santa Clara, com sermão nos dois últimos dias;
Festividade em honra do Divino Senhor dos Passos, com Missa Solene e Canto da Paixão, no dia 6 de Abril próximo futuro, às 11,30 horas, e a noite às 20,30 horas, encerramento com Terço, Bênção e Sermão.
Procissão do Enterro do Senhor, com sermão da Paixão, no dia 11 de Abril- sexta-feira Santa – com o costumado esplendor” (Livro 1950-1953:113).

A intervenção e aprovação da Diocese de Bragança-Miranda ao programa estruturado foi sempre uma prerrogativa. Não foi exceção 1953, em que

“... o estudo do projeto do programa para as solenidades religiosas iniciou-se logo em janeiro (sessão de dia 23), tendo a Mesa “resolvido aprovar o referido projecto, o qual, depois de ser submetido à apreciação” do Bispo da Diocese “voltará de novo a apreciação desta Mesa para aprovação definitiva”, o que aconteceu logo na semana seguinte com todos os pormenores já incluídos” (Castro, 2019).

Registem-se esses pormenores: o mesário dos serviços religiosos Padre Luiz José Afonso Ruivo, apresentou à Mesa Administrativa da Irmandade, o programa devidamente já apreciado e em concordância com Prelado da Diocese, o qual incluía

“Durante todas as Sextas-feiras da quaresma, com início em 20 de Fevereiro, a Imagem do Divino Senhor dos Passos estará exposta à veneração dos fieis na sua capelinha anexa à Igreja da Misericórdia, havendo nesses dias, pelas 20 horas, a devoção da Via-Sacra.

Festividade do Divino Senhor dos Passos

-No dia 20 de Março começará a novena na Igreja da Misericórdia, às 20 horas, com terço e bênção do S. S. Sacramento exposto à boca do sacrário, sendo abrilhantada por um grupo coral;

-Nos últimos três dias haverá prática, e a exposição do S. S. Sacramento será solene, em trono próprio.

-No dia 29 de Março (Domingo de Ramos):

Às 11,30, missa solene com canto da Paixão, abrilhantada pelo mesmo grupo coral;

Às 15 horas, grandiosa Procissão de Passos, com sermão do encontro na Praça da Sé;

Os passos serão fixados nos seguintes locais:

-O 1º na Capela do Divino Senhor dos Passos; o 2º na Rua do Passo (passo próprio); o 3º no Lactário da Misericórdia (R. Alexandre Herculano); o 4º na arcada da Sé; o 5º no Largo de S. Vicente (passo próprio); o 6º na porta da Igreja de S. Bento; o 7º na porta da Igreja da Sta. Clara;

Às 20 horas, encerramento da festividade, com terço, sermão e bênção do S. S. Sacramento, a que presidirá Sua Ex^a Rev.ma o Senhor Bispo.

No dia 2 de Abril, a partir das 12 horas, abertura da Igreja da Misericórdia estando nela em exposição um dos quadros da Paixão de Jesus.

No dia 3, pelas 15 horas, soleníssima e tradicional Procissão do Entêrro, com sermão prévio” (transcrição integral in Castro, 2019).

Ficaram responsáveis pela sua organização/execução uma Comissão, então nomeada, que seria constituída pelo provedor, tesoureiro e o citado mesário dos serviços religiosos, fazendo cumprir rigorosamente as verbas orçamentais previstas e só autorizando despesas até esse mesmo limite, devendo a Secretaria assegurar a mesma execução.

No ano seguinte, perante o sucesso do programa das solenidades anterior, determinou-se apenas uma alteração – “em vez da procissão de Passos, far-se-á a procissão do Divino Senhor dos Passos, ou seja, a mesma sem os passos do costume” (Livro 1953-1956:30) – assumindo a responsabilidade da sua execução a Mesa Administrativa e, em especial, o mesário dos serviços religiosos. Em 1954, a procissão do Divino Senhor dos Passos realizou-se no segundo domingo de abril, devendo sair da igreja privativa pelas 15 horas. A apresentação das diversas figuras a incluir no trajeto processional (como se mencionou) foi sempre uma preocupação presente. Recebeu a instituição com agrado uma “Oferta a esta Santa Casa do vestuário para o figurado alegórico destinado às procissões...” de um benemérito anónimo que se fez representar pelo Reverendo Manuel dos Santos Pires e, a 8 de abril desse ano, dirigiu um ofício a esta Santa Casa afirmando que

“considerando a grande despesa que anualmente onera esta Instituição com o aluguer de vestidos para as procissões da Semana Santa, resolvêra mandar executar todos os vestidos e acessórios necessários, à excepção do calçado e cabeleiras, para os oferecer a esta Santa Casa da Misericórdia, por intermédio dele signatário, sendo no entanto desejo da pessoa ofertante figurar como simples “Benfeitor anónimo” (transcrição em Castro, 2019, cap. V).

Mas esta oferta não estava isenta de condições que, se apresentavam ao signatário do mesmo ofício, como “justas e por isso dignas de aceitação” e que enumerou

“1ª) O maior cuidado possível, na guarda e conservação dos vestidos e acessórios, sob a vigilância e estimo das Irmãs Religiosas do Hospital da Santa Casa;

2ª) Não emprestar os vestidos e acessórios para fóra da cidade, mesmo com aluguer; dentro da cidade só poderão ser alugados por deliberação da Mesa, restringindo o número

de empréstimos, e ficando absolutamente, proibido o seu uso em actos profanos, ou que não sejam estritamente litúrgicos;

3^a) Todo o rendimento proveniente do aluguer dos vestidos deve ser aplicado, exclusivamente, na conservação, melhoramento e ampliação dos grupos alegóricos;

4^a) Não retira à Mesa a faculdade de vestir algumas crianças pobres, gratuitamente, sendo esta a sua vontade.

Junto ao ofício em referência, vem a relação dos vestidos e insígnias oferecidas, e que é a seguinte:

-Trinta vestidos em setim; - Dezanove vestidos em georgete;

-Dois vestidos em sablé; - Dezanove vestidos-combinações;

-Vinte e sete mantos em setim e sablé; - Sete véus de georgete;

-Dois véus de tule; -Dezassete cintos e faixas; -Um turbante; Três tearas e galão; Vinte e nove cordões; Dezanove pares de asas brancas em penas; Vinte e um deadêmas em pedras (fantasia); Dezanove coletes para segurar as asas; -Oito dísticos; -Sete peitos em folha, pintados; -Duas coroas de espinhos; -Uma tenaz; -Cinco lanças; -Uma esponja; -Um jarro; -Uma bacia; -Uma espada; -Duas cruces de madeira; -Um sudário pintado; -Duas cordas; -Uma coluna; -Um martelo; -Uma azurraga de corda; -Sete capacetes e -Treze aros em metal.

A Mesa deliberou por unanimidade aceitar a oferta, com as condições estabelecidas, agradecer às pessoas dos Exmos. Senhores Pe. Manuel Antonio Pires e Augusto Cezar Martins Monteiro, que colaboraram nesta valiosíssima oferta, e bem assim à Casa dos Anjos, da Póvoa do Varzim, que confeccionou o vestuário (Livro 1953-1956:33v-34).

Como reconhecimento, a decisão de mandar celebrar uma missa pelas intenções do “aludido” benfeitor anónimo, dando-se conhecimento da deliberação ao Pe. Manuel António Pires e Augusto Cezar Martins Monteiro, e na ocasião o dia e hora dessa celebração.

Grande e significativa contribuição deste Benemérito, que nunca foi identificado, na manutenção da solenidade destas festividades quaresmais (que pelo rol se depreende bem a dimensão do trajeto processional e número de figurantes envolvidos) – alguns destes itens ainda guarda a Irmandade em anexos das suas instalações, gastos pelo uso e pelo tempo –, sem conhecerem a maioria dos atuais *Irmãos* a sua existência e ainda menos a sua proveniência. Bem haja a este Benfeitor Anónimo!

Os anos que se seguiram não assumiram alterações ao programa destas tradicionais festividades da Semana Santa, repetindo-se a responsabilidade dirigida ao Padre Luiz Ruivo (que surge na documentação agora com uma designação mais atualizada, de *mesário do culto*). Cumpriu-se o programa sempre com o “brilho” e “imponência” dos anos transatos, como a tradição exigia e como o *Compromisso* estabelece...

“-festividade ao Divino Senhor dos Passos, com novena preparatória, havendo sermão em todos os dias; -missa solene com canto da Paixão em honra do Divino Senhor dos Passos, procissão do Senhor dos Passos e à noite terço e bênção solene de

encerramento com sermão, no Domingo de Ramos; -exposição da Igreja no dia de Quinta-feira Santa; -Procissão do enterro do Senhor, com sermão à saída, no dia de sexta-feira Santa” (Livro 1953-1956:105).

E, que fosse recordado o Capelão da sua responsabilidade em endereçar o convite a um *orador sacro que devia tomar conta da pregação*, tudo autorizado pela provedoria.

Em 1960, aproximando-se as festividades houve o cuidado de um antigo mesário, o *irmão* Coronel António Eduardo de Oliveira Faria de oferecer cortiça para um novo andor para o Senhor dos Passos. Mais uma vez o programa desse ano, não devia sofrer significativas alterações, apesar de ser suprimida a procissão do Senhor dos Passos e na novena do Senhor dos Passos ser reduzida a pregação aos últimos três dias. Quanto às figuras alegóricas da procissão do Enterro do Senhor, numa decisão em conformidade com as disposições estatutárias da Irmandade, encaminharam-se convites aos Irmãos da Santa Casa de cada um vestir uma figura neste trajeto processional do Enterro do Senhor, por Sexta feira Santa, devendo de tal dar exemplo primeiro os membros da Mesa Administrativa (Livro 1960-1968:10v-11 e 12v; cf. Castro, 2019).

Esta década não registou mais alterações no cumprimento das festividades quaresmais, mantendo o seu cerimonial em conformidade com as descrições supra. Em 1969, o então presidente da Comissão Administrativa Engenheiro Manuel Maria Sampaio, a 9 de abril, fez o seguinte balanço do ocorrido:

“A procissão foi bem organizada, com muita ordem, respeito e recolhimento. Teve brilho a solenidade. São devidos louvores a todo o pessoal da Santa Casa que contribuiu para esta solenidade. Para as varas do Pálio organizaram-se os turnos seguintes: Primeiro - Autoridades – Segundo – Médicos – Terceiro – Comerciantes – Quarto – Estudantes – Quinto – Irmãos da Santa Casa. Inicialmente tinham-se previsto dois turnos para as autoridades mas muitas das personalidades detentoras dos cargos directivos pediram escusa: uns porque se ausentaram; outros porque não tinham em Bragança os fatos de cerimonia que sentiam dever vestir para não fazerem má figura. Registe-se o facto para lembrar as futuras mêsas administrativas que ao organizar procissões como esta deve ter presente que são as pessoas da terra que mais garantia dão a estarem de estarem presentes a estes actos. (Livro 1968-1981:16-16v, transcrição in Castro, 2019).

Neste seguimento, considerou a Mesa Administrativa, imprescindível uma lista protocolar devidamente organizada e atualizada, como tentativa de agilizar futuramente todo este procedimento.

A colaboração próxima de algumas instituições da cidade, era muitas vezes apenas verbal. A Casa de Trabalho Doutor Oliveira Salazar (*vulgo* Casa de Trabalho) manteve participação da sua banda de música, durante largos anos da sua existência, nas procissões da Semana Santa “promovidas pela Santa Casa”, pelo que, em abril de 1970, o seu diretor Padre António Joaquim Ribeiro, solicitava que fosse transposto para escrito o acordo de que “em compensação” receberia e trataria “os menores,

alunos da Casa de Trabalho, que durante o ano se encontrem doentes e precisem de tratamento” no seu hospital (Livro 1968-1981:4v-46; Castro, 2019).

Para os anos de 1970, estas incumbências continuam distribuídas, agora aos mesários José Jorge Nogueira e José Marcelino Falcão Lhano. Em 1975, a então “desorganizada” Banda do Patronato foi substituída no serviço pela Banda de Lamas de Podence, pelo custo de cinco mil escudos. O aluguer dos fatos alegóricos era, por estes anos, atribuído a D. Maria Olímpia Pinto da Rocha, de Viana do Castelo, que se deslocava a Bragança com uma sua “equipe” no sentido de organizar a procissão do Enterro do Senhor. Depreende-se que não muitos anos foram mantidos os fatos oferecidos em 1954, em uso!

1976 teve deliberação acrescida de um peditório dirigido aos *Irmãos* da Santa Casa, na importância de cem escudos, a qual seria para vestir a figura de um anjinho na referida procissão de *Sexta feira da Paixão* – diversas contribuições foram entregues no sentido de este pedido se concretizar (provam-no a correspondência avulsa rececionada pela Secretaria da Santa Casa). Neste ano, detetou-se igualmente o estado de dano em que diversos paramentos necessários a este momento se encontravam, pelo que a Mesa recomendava a promoção do seu solícito arranjo para que no ano seguinte fosse possível o seu uso.

Nada se alterou significativamente no decurso dos anos seguintes. O serviço de música da responsabilidade da Banda de Música de Lamas de Podence, os fatos alegóricos provenientes de Viana do Castelo...

A ornamentação dos andores tinha responsabilidade atribuída a Gualter Manuel Alves, de Mirandela, e na sua impossibilidade “procurar-se-á resolver o problema com o auxílio dos irmãos da Misericórdia que orientem as citadas ornamentações”. Novena e procissão do Enterro do Senhor (1977) seriam festividades “abrilhantadas” pelos coros das Irmãs Religiosas da Santa Casa; recomendando-se a participação dos *Irmãos*, a quem o envio de programa a título individual era recomendado – convite que permanece ainda hoje a ser dirigido da mesma forma –, com anúncio no jornal *Mensageiro de Bragança* e em emissora local, sem esquecer os convites à entidades oficiais para participação nas referidas cerimónias processionais.

Acresceu, em 1978, a organização de grupos de *Irmãos* para realizarem visita domiciliária – uma campanha a ser devidamente preparada; e, para algumas das pregações “sobretudo a preparação do enterro do Divino Senhor na Sexta-Feira Santa” dirigir um convite pessoal ao Prelado da Diocese, D. António Rafael. Nos cuidados e atenções quanto ao “esplendor do culto da Semana Santa (anjos, música, arranjo da Igreja, procissão, ornamentação da Igreja etc.)” o mesmo empenho. Ficou marcado este ano pelas novenas do Senhor dos Passos no “brilhantismo” e “projectão doutrinal”. Para o ano seguinte, nova temática devia ser antevista. Em fevereiro de 1979, era já urgente a impressão dos respetivos programas, postais e cartazes. A intervenção musical contaria com o coro de Santa Clara e como organista o Padre Doutor Otávio Sobrinho Alves (Livro 1968-1981:202v-203, 212v-213, 230v).

Dificuldades financeiras da instituição são apontadas, em 1980, solicitando-se atenção nas despesas, sendo mesmo enviada uma circular a todos os *Irmãos* “pedindo auxílio para vestir os anjos e para comparecerem às cerimónias religiosas da Semana Santa”; a procissão dos Passos devia realizar-se no Domingo de Ramos, e, de tal, se devia avisar toda a Irmandade, convidando-se o Padre Sobrinho Alves para “as pregações e animação litúrgica das novenas”. A solicitação dirigida aos *irmãos* era do valor de cento e cinquenta escudos “para vestir um anjo” (Livro 1968-1981:269-270v).

O secretário da Mesa Administrativa e o seu tesoureiro seriam em 1984, os encarregados pela organização das procissões, componente religiosa das festividades, parte protocolar e propaganda das mesmas. Neste ano seria solicitado ao Bispo da Diocese que proclama-se a igreja privativa “Igreja Jubilar num dos dias da Novena que se realizará durante a Semana Santa”; e, aproveitando-se para nessa semana inaugurar a nova Via-sacra (recentemente adquirida).

Em março de 1985, regista-se a intenção de para esse ano, na Semana Santa, haver dois pregadores “um para a novena dentro da Igreja da Misericórdia, outro para secundar os temas da novena nas Igrejas da cidade (seis dias em cada Igreja)”; dedicação de pelo menos três dias à dinamização das principais mordomias (doentes, necessitados e reconciliação); o envolvimento de todos os organismos da cidade “especialmente as EPAS na grande Via-sacra da cidade e na procissão do enterro do Senhor”; preocupação em renovar os membros constituintes da Irmandade – “elementos válidos de juventude”; “Fazer nos dias destinados nas mordomias supra citadas um envio de irmãos, dois a dois, pela cidade a fim de conseguirem os objectivos propostos”; “Fazer um grande cartaz a anunciar a Via-sacra e a procissão do Enterro do Senhor e os desdobráveis com o programa geral” (documento transcrito in Castro, 2019).

Dois sacerdotes da Ordem dos Carmelitas prepararam a Semana Santa, em 1986, e fariam a novena, com um relevo especial aos mais idosos doentes para Domingo de Lázaro, “aos defuntos na Quarta feira da Paixão e à Juventude, em cumprimento da determinação do Papa, no Domingo de Ramos”; terminada a novena “os pregadores fariam a preparação das respectivas mordomias em ordem à celebração condigna desses actos marcados”; a procissão do Senhor dos Passos “tomará afeição da parede Via Sacra da cidade, com quadros vivos de colaboração com todos os grupos jovens da cidade”; dois mesários providenciarão que nada falte na procissão; e, “encontrou-se conveniente convidar os escuteiros, as guias de Portugal, os Pioneiros e Acólitos para colaborarem na procissão”, outros dois mesários se encarregariam dessa orientação em turnos (Livro 1981-1991:108).

Na década de 90, os mesmos princípios continuaram a nortear toda a preparação das festividades.

“Para a novena do Divino Senhor dos Passos, de 1990, os sacerdotes da Diocese convidados foram os Padres Adelino Pais, João Gomes, *de Outeiro* e Adérito Augusto

Custódio. Para as solenidades de 1991, adotaram-se os sufrágios pelos *Irmãos* e benfeitores falecidos nas novenas da Semana Santa, que se deveriam manter a partir desse ano; e, as pregações asseguradas por religiosos Redentoristas. A 23 de janeiro de 1992, repetir-se-iam estes contatos habituais “do aluguer dos fatos alegóricos, bem como as bandas de música para a participação na procissão do Enterro do Senhor, além de «A Musical»”; e, duas semanas mais tarde, a decisão de remeter uma circular a todos os párocos da Bragança e arredores, solicitando uma maior participação da população nos atos religiosos programados para a Semana Santa – incumbência atribuída ao mesário *Cónego Belarmino Afonso*” (Castro, 2019).

Constata-se a seguinte ordem estruturada para a procissão do Enterro do Senhor (em 1992): 1 – matracas⁵; 2 – guião; 3 – luz e 2 acólitos; 4 – estandarte da Irmandade; 5 – imagens; 6 – Mini banda (da Sé); 7 – Escuteiros; 8 – Irmãs Franciscanas; 9 – Irmãs do Sagrado Coração de Jesus; 10 – Irmãs Doroteias; 11 – Anjinhos; 12 – Esquife; 13 – Pálio; 14 – Irmandade; 15 – Entidades oficiais; 16 – Banda de Música; 17 – Escuteiros; 18 – Restante Pessoal.

Sendo o trajeto o seguinte: saída da Igreja da Misericórdia – Rua Nova – Correios – Rua 5 de Outubro – Rua Alexandre Herculano – Praça da Sé – Rua Direita – Principal – Rua Abílio Beça – e encerramento na igreja da Misericórdia. E, o preço para vestir cada criança para esta procissão ficou estabelecido em quinhentos escudos. “A Irmandade pagará a sua quota e poderá vestir uma criança” (Livro 1992-1993:27v-28).

Na avaliação do decurso destas festividades surgiram algumas considerações que, por pertinentes, foram registadas para *memória futura*. Na Via-sacra, em cada estação deverá ser feita invocação de uma obra de Misericórdia; na procissão do Enterro do Senhor “em futuras situações” apenas contratada uma banda de música, e a revisão do próprio trajeto processional também deverá ser tido em atenção. A motivação da própria população e entidades locais para as solenidades, assim como, efetuar a instalação “de pequenos palcos com as cruzes em diversos pontos da cidade. Deverá ser solicitado às paróquias da cidade para efectuarem cada uma, dois quadros vivos na próxima Semana Santa” (Livro 1992-1993:30).

Por sugestão do mesário *Cónego Belarmino Afonso*, registou-se em abril de 1993, que “em futuras semanas santas” fosse considerada a “colocação pelos moradores de colchas e velas durante as Procissões da Semana Santa”, preocupação de uma melhor coordenação das Bandas de Música, nomeadamente na chegada à igreja da Misericórdia, o esquife seguir debaixo do pálio na Procissão do Enterro do Senhor, e a constituição de um mestre de cerimónias das procissões que deverá coordenar todos estes atos (Livro 1992-1993:134).

⁵ Matraca: “instrumento de madeira composto por uma tábua na qual percutem outras duas tábuas que lhe estão ligadas através de dobradiças. Numa das extremidades da tábua principal está fixa uma pega, que o manuseador empunha para fazer tocar o instrumento,(...). Usava-se na altura da Quaresma para substituir o toque das campainhas, que era proibido durante esse tempo litúrgico. O som seco que produz evoca um carácter penitencial” (Sousa: 2000:462).

A decisão de apenas uma banda colaborar no percurso processional nem sempre se manteve, pois em 1999, já contratada a Banda Filarmónica de Bragança, foi solicitada proposta de orçamento à Banda de Música “25 de Março” para participação. Para a Via Sacra, foram adquiridos vinte e cinco archotes, de uma encomenda total de setenta e cinco; e, amêndoas para distribuição deviam também ser compradas. Os fatos alegóricos provenientes de Viana do Castelo, tanto para a Via Sacra como a procissão do Enterro do Senhor. Como no ano transato, devia renovar-se o contacto com o Estabelecimento Prisional de Bragança para realização de Quadros da Via Sacra (Livro 1998-2000:20, 87).

Os fatos alegóricos da Casa de S. José, da propriedade de Maria Adelina Nunes, de Viana do Castelo, mantiveram-se em 2001 – um aluguer para cem fatos “com cedência de alimentação e alojamento para 5 pessoas”; os serviços das duas bandas mencionadas permaneciam também. A comissão organizadora responsável era agora de sete elementos (provedor, vice-provedora, procurador, dois vogais da Mesa Administrativa, animador cultural e diretora técnica) (Livro 2000-2001:60v-61).

O trajeto das procissões foi redefinido. Para a Via Sacra – Procissão do Senhor dos Passos com saída da Sé Catedral: Travessa da Catedral, Avenida Sá Carneiro, Largo dos Correios, Rua Almirante Reis, Praça da Sé, Rua Direita, Largo do Principal, Rua José Beça, Rua Santo Condestável, Largo da Cidadela e Mata de S. Sebastião; para a Procissão do Enterro do Senhor: saída da Igreja da Misericórdia ou da Igreja Sta. Clara, Rua Nova, Largo dos Correios, Avenida João da Cruz, Escola Miguel Torga, Rua Amaro Costa, Sé Catedral, Travessa da Catedral, Avenida Sá Carneiro, Largo dos Correios, Rua Almirante Reis e Praça da Sé.

Quanto ao turnos ficou, nesta data (26 de março de 2001), a seguinte distribuição detalhadamente:

“Procissão do Enterro do Senhor (Dia 13.04.2001 às 17 horas) Turnos do Pálio
1º Turno – (Igreja da Misericórdia ou da Igreja de Sta. Clara – Rua Emídio Navarro (Rua Nova) – Largo dos Correios.

Entidades: Governador Civil do Distrito de Bragança, Presidente da Camara Municipal de Bragança, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Deputado Sr. Dr. Adão Silva.

2º Turno – (Largo dos Correios – Avenida João da Cruz – Antiga Passagem de Nível): Comandante da Polícia Segurança Pública, Comandante da Guarda Nacional Republicana, Comandante da Brigada de Trânsito, Comandante da Brigada Fiscal, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Bragança, Chefe dos Escuteiros.

3º Turno – (Antiga Passagem de Nível – Largo da Escola Miguel Torga – Rua Amaro Costa – Sé – Catedral): 3 membros da Assembleia Geral da Santa Casa Misericórdia de Bragança, 3 membros do Conselho Fiscal da Santa Casa Misericórdia de Bragança,

4º Turno – (Sé Catedral – Travessa da Catedral – Avenida Sá Carneiro até à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança): 6 Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

5º Turno – (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança na Avenida Sá Carneiro – Cimo da Rua Almirante Reis, Junto da Caixa Geral de Depósitos).

Entidades: Governador Civil do Distrito de Bragança, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Presidente da Junta de Freguesia de Stª Maria, Deputado Sr. Dr. Adão Silva.

6º Turno – (Correios junto da C.G.D. – Rua Almirante Reis – Praça da Sé): 6 Membros da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

Procissão do Enterro do Senhor (Dia 13.04.01 às 17 horas) Turnos ao Esquife

1º Turno – (Igreja da Misericórdia ou Igreja de Stª Clara – Rua Emídio Navarro (Rua Nova) – Largo dos Correios): 4 elementos da Polícia Segurança Pública

2º Turno – (Largo dos Correios – Av. João da Cruz – Antiga Passagem de Nível): 4 elementos da Guarda Nacional Republicana.

3º Turno – (Antiga Passagem de Nível – Largo da Escola Miguel Torga – Rua Amaro Costa – Sé Catedral): 4 elementos da Brigada de Trânsito.

4º Turno – (Sé Catedral – Travessa da Catedral – Avenida Sá Carneiro até Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança): 4 elementos dos Bombeiros Voluntários de Bragança.

5º Turno – (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança na Avenida Sá Carneiro até ao cimo da Rua Almirante Reis junto à Caixa Geral de Depósitos): 4 elementos do Agrupamento de Escuteiros.

6º Turno: (Correios junto da Caixa Geral de Depósitos – Rua Almirante Reis – Praça da Sé): 4 elementos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

A ordem da Procissão do Enterro do Senhor deverá ser:

1º Matracas

2º Cruz e duas lanternas (3 membros da Irmandade da Santa Casa)

3º Guião

4º Cruz de Madeira (3 seminaristas)

5º Imagens (S. João e Nossa Senhora)

6º Banda de Música – Banda Filarmónica de Bragança

7º Irmãs de Santa Clara – Irmãs do Sagrado Coração de Jesus – Irmãs Doroteias – Irmãs da Santa Casa da Misericórdia com insígnias

8º Anjinhos

9º Clero e seminaristas

10º Esquife (seis membros da Irmandade da Santa Casa com lanternas)

11º Pálio

12º Entidades oficiais e Irmandade da Santa Casa

13º Banda de Música “25 de Março”

14º Escuteiros (Farão também coberturas laterais até à zona do Clero e Seminaristas)

15º Restante Pessoal” (Livro 2000-2001:69-71)⁶.

⁶ Da nossa responsabilidade o desdobramento de todas as abreviaturas para facilitar a leitura do excerto transcrito neste artigo. Documento transcrito na sua versão original in Castro, 2019.



Procissão do *Enterro do Senhor*, Sexta feira Santa.
(Fotos SCMBGC)

Confrontem-se alguns reajustes logo para o ano de 2002. No trajeto da Via Sacra da cidade – procissão do Senhor dos Passos, seria a saída da Igreja da Misericórdia, praça da Sé, Rua Direita, largo do Principal, Rua Abílio Beça, Castelo, Mata de S. Sebastião.

A vigília ao Senhor Morto, por Quinta feira Santa, teria turnos distribuídos entre as 15 e as 22 horas, num conjunto de sete turnos assegurado cada um por um casal de *irmãos*.

Já o trajeto da procissão do Enterro do Senhor, da saída da Igreja da Misericórdia, seguia Rua Almirante Reis, Avenida João da Cruz (sentido ascendente a meio e sentido descendente), Rua 5 de Outubro, Rua Alexandre Herculano, Praça da Sé.

Nos turnos do pálido, reduzidos a cinco, seguiam o percurso: 1º- Igreja da Misericórdia, Praça da Sé, Rua Almirante Reis, Largo dos Correios; 2º- Largo dos Correios, Avenida João da Cruz, Mini Rotunda frente à Casa dos Magistrados, 3º- Rotunda da Casa dos Magistrados, Avenida João da Cruz, Largo dos Correios; 4º- Largo dos Correios, Rua 5 de Outubro, Rua Alexandre Herculano; e, 5º- Rua Alexandre Herculano, Praça da Sé e Igreja da Misericórdia.

Nos turnos do esquife, igualmente reduzidos a cinco, seriam: 1º- Igreja da Misericórdia – Praça da Sé – Rua Almirante Reis – Largo dos Correios; 2º- Largo dos Correios – Avenida João da Cruz – Mini Rotunda – frente à Casa dos Magistrados; 3º- Rotunda da Casa dos Magistrados – Av. João da Cruz – Largo dos Correios; 4º- Largo dos Correios – Rua 5 de Outubro – Rua Alexandre Herculano; e, 5º- Rua Alexandre Herculano, Praça da Sé e Igreja da Misericórdia.



Imagens processionais (Nossa Senhora, S. João Evangelista e Senhor dos Passos).
Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Bragança (Fotos SCMBGC)

Na ordem processional, a cruz e as duas lanternas (2º lugar) seriam transportadas por três membros do Seminário, e a presença das imagens de S. João e de Nossa Senhora já não antecipariam a Banda de Música (passando de 6º para 5º lugar) (cf. com o documento transcrito in Castro, 2019).

Ainda neste ano, se acrescia ao envio do programa uma comunicação que relembrava esta celebração que se pretendia “com a dignidade e fervor que a mesma merece”, e apresentava o destaque para um concerto pelo Grupo Coral *Psalterium* e Grupo Coral Brigantino na Igreja de S. Vicente, Via Sacra da cidade e Procissão do Enterro do Senhor. Comunicava a alteração da tradicional novena para o Tríduo da Misericórdia – “Serão três noites de adoração ao Divino Senhor dos Passos”. Na mesma data, também uma informação ao público brigantino, participando esta alteração, acrescentando ser seu intuito a preparação para todo o cerimonial pascal, e que “por tradição a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, tem incumbência de velar pela boa vivência e realização das Procissões da Semana Santa”, para além de desejar “aos bragançanos e a todos quantos visitam a nossa cidade neste período da Quaresma, um maior ambiente de religiosidade e enriquecer uma tradição secular de grande significado” (Livro 2001-2003:27v-30).

2004 terá também algumas variações – um concerto de música sacra a ter lugar na Igreja de S. Vicente, às 21 horas pelo quinto Domingo da Quaresma; Via Sacra que teria lugar na Catedral; e, um percurso processional do Enterro do Senhor que seria “saída da Igreja da Misericórdia – Rua Emídio Navarro – Largo dos Correios – Rua 5 de Outubro – Rua Alexandre Herculano – Praça da Sé – Rua dos Combatentes da Grande Guerra – Largo do Principal – Rua Abílio Beça – Igreja da Misericórdia” (Livro 2003-2005:16v).

Os mesmos “colaboradores” continuavam presentes anualmente. Cem fatos voltaram a ser alugados para as cerimónias de 2005 (com cabeleiras opcionais). À Câmara Municipal de Bragança foi solicitada a cedência do Auditório Paulo Quintela para a representação da Via Sacra pelas crianças alunas da Escola Primária Diogo Sá Vargas (Livro 2003-2005:67). Em 2006, um contacto com os Arautos do Evangelho

para possível participação na procissão do Enterro do Senhor. As crianças da instituição asseguram uma representação da Via Sacra, não se deixando de realizar a “Via Sacra da cidade”, cujos itinerários vão sendo redefinidos e reajustados (Livro 2005-2007:27).

Uma só banda de música na Procissão do Enterro do Senhor de 2006 – a Banda de Música da Sé (atual Banda Filarmónica de Bragança) – sendo esta a alteração mais significativa na ordem processional, em relação a outros “momentos”. Os turnos de pódio mantendo a mesma organização, as entidades no primeiro turno na inexistência de Governador Civil⁷ e ausência do Deputado que durante alguns anos manteve presença assídua, passaram a estar incluídos os presidentes da Assembleia Geral e Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, mantendo-se o segundo turno, no terceiro e quarto (só quatro turnos) membros da Irmandade pertencentes aos órgãos em vigência, num trajeto da igreja da Misericórdia, Rua Emídio Navarro, Largo dos Correios (1º turno); Largo dos Correios, Rua 5 de Outubro, Rua Alexandre Herculano, Praça da Sé (junto do Café Chave Douro) (2º turno); Praça da Sé, Rua Combatentes Grande Guerra, Largo do Principal (início da Rua Abílio Beça) (3º turno); Largo do Principal, Rua Abílio Beça, igreja da Misericórdia (4º turno). Quanto aos turnos *ao Esquife*, reduzidos a apenas quatro turnos (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Voluntários de Bragança, Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Bragança). Na vigília ao Senhor Morto, uma distribuição de cinco turnos de uma hora cada, entre as 15h e as 20 horas. Trajeto da Via Sacra da Cidade: saída da Igreja da Misericórdia, Praça da Sé, Rua Almirante Reis, Largo dos Correios, Praça Cavaleiro Ferreira, Teatro Municipal de Bragança, Avenida Sá Carneiro e Sé Catedral. A pregação do Tríduo pelo Padre José Maria Vilares Magalhães. Também os idosos dos Lares de Terceira Idade da Santa Casa realizariam uma Via Sacra, pelo que seria premente a deslocação a Viana do Castelo para levantar os fatos alegóricos (Livro 2005-2007:40-41v, 45v, com transcrição in Castro, 2019).

Sexta feira Santa, 6 de abril de 2007 – sem alterações na ordem de distribuição para o desfile processional (apenas um lembrete no sentido de que o *esquife* será transportado por quatro membros dos Bombeiros Voluntários de Bragança) e, igualmente, a manutenção do trajeto anteriormente definido. Nos *turnos do pódio*, apenas diferem dois dos *Irmãos* no quarto turno (final); nos quatro *turnos do esquife*, renovam-se os três dos

⁷ Por extinção deste órgão de Administração Pública (decreto-lei de 8 de setembro de 2011), registou-se a transferência das suas competências para Câmaras Municipais, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Autoridade Nacional de Proteção Civil.

quatro *Irmãos* no quarto turno (final). Nos turnos da vigília ao Senhor Morto (das 15h às 20 horas), mantêm-se os cinco turnos de hora. A Via Sacra seria Domingo de Ramos (anterior 1 de abril, 21horas) e efetuar-se-ia na Catedral de Bragança. Ainda no respeitante aos fatos alegóricos, um aviso sobre a abertura de inscrições de participação para as crianças na procissão do Enterro do Senhor – “à semelhança dos anos anteriores devendo os membros da Irmandade com as quotas em dia poder indicar gratuitamente uma criança” – todos os demais interessados nessa participação infantil deveriam contribuir com um valor em numerário (Livro 2005-2007:94-97, transcrição in Castro, 2019).



Procissão do *Enterro do Senhor*, Sexta feira Santa.
23 de março de 2016. (Fotos SCMBGC)

Nas realizações subsequentes não existem significativas alterações até ao presente (apenas da ordem que nestes exemplos foi enumerado e descrito!). A relação de cercania da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança com a população religiosa católica brigantina (incluindo todas as entidades supra mencionadas) mantêm-se neste diálogo próximo...



Procissão do *Enterro do Senhor*, Sexta feira Santa.
23 de março de 2016. (Fotos SCMBGC)

3. Reflexos devocionais. Imagens iconográficas de uma arte e estética

Permanecendo como um momento de solenidade, “de crença reverente e silenciosa”, as procissões desenrolam-se em espaço urbano, “que se encontra enquadrado e ritmado por igrejas e capelas”, numa atenção hierárquica na espacialidade do desfile. De tempos antigos advém o costume do arranjo festivo das artérias urbanas da sua passagem – “a memória e o hábito das colchas nas janelas durante o dia e das velas e lanternas nas noites de procissões de Semana Santa” conserva-se (Gouveia, 2001:68).

A participação dos féis não está isenta de “uma notoriedade nascida da visibilidade e de certos desempenhos como, de um ponto de vista social, ir ao pátio, ou levar um andor ou uma cruz como forma marcante de devoção” – participação esta já não unicamente masculina, como se observa no transporte da seiscentista bandeira da Irmandade por membros femininos. A apresentação uma preocupação, como a decência da paramentaria – o clero apresenta-se com sobrepelizes sob as estolas, trajando também de capa de asperges – “procura-se dignificar a procissão com o uso dos paramentos mais ricos e ostensivos”. A obrigatória autorização diocesana escrita rege-se por resolução régia, de 23 de abril de 1859, desde que conhecida uma *memória descritiva* (Gouveia, 2001:68), sublinhando-se a participação de crianças como “anjinhos”.

O tanger dos sinos determina o início processional e, muitas vezes, acompanha a duração do préstito. A música, se presente, deve abrir o desfile

(outras vezes, o encerra!) – numa presença, na contemporaneidade, de bandas regimentais, filarmónicas ou fanfarras de bombeiros responsáveis pela abertura do percurso.

“As cores das colchas nas janelas e dos tapetes de flores acompanham todo o percurso traçado, e a imaginária será transportada nos andores que são uma base sobrelevada pelos homens aos seus ombros. Esta base de espaço limitado onde a imagem se fixa tem toda uma atenção especial através da sua decoração com flores, muitas vezes tendo os limites rectangulares do andor assinalados por pequenos lanternins de procissão” (Gouveia, 2001:69).

O tempo quaresmal congrega uma densidade processional única. Na representação das passagens bíblicas a inclusão de uma variedade de atributos e figuras que integram a procissão do *Senhor dos Passos* e *Via Sacra*, condutoras ao momento do Enterro do Senhor (que difere das demais pela sua realização depois do por do sol).

Historicamente e cronologicamente, identificam-se momentos de afastamento populacional, outros de um envolvimento crescente para com as devoções religiosas cristãs e suas iconografias, por tal, se compreende a recuperação/manutenção destes cerimoniais processionais da Quaresma, nas suas diversas interpretações e regionalismos, perante um “recuo da capacidade de enquadramento e controlo clerical do fenómeno religioso na época contemporânea”, sendo este ambiente um agente facilitador e dinamizador com efeitos concretos na própria religiosidade popular, numa adaptação “a novas lideranças religiosas e realidades eclesiais” (Azevedo, 2002:414).

“A procissão é uma forma de representação dos poderes em presença, o de Deus que a Igreja manifesta e que o povo dos fiéis participa, venera e aplaude, o da Igreja, capaz de configurar a memória realizando festa-comemoração, (...) de diferentes maneiras e com diferentes proximidades do pátio, dos objectos processionais, andores e estandartes, ou que se fazem esquecer no préstito do qual se alheiam, ou no qual participam como autoridades em representação de instituições e procurando mostrar aceitação e respeito pelas instituições, neste caso pela Igreja Católica que consegue, culturalmente, (...), congrega populações” (Gouveia, 2001:72).

Nos encargos religiosos quaresmais da Irmandade da Misericórdia de Bragança se refletem as devoções religiosas brigantinas e, pela organização dos percursos processionais quaresmais que, ao longo de décadas e centúrias, se têm reajustado na ordem e percurso pelas artérias urbanas da cidade de Bragança, se comprova serem estas um elemento vivo, dinâmico, de

permeabilidade comedida, não deixando de aglutinar os principais traços identitários de um património religioso, iconográfico, artístico, de uma cultura...

BIBLIOGRAFÍA

- Afonso, B. 2000. “Bragança-Miranda, Diocese de”. En Azevedo, C. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. A-C. Lisboa: Círculo de Leitores/CEHR da UCP.
- Alves, F. 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo II. Bragança: CMB/IPM.
- Azevedo, C. (dir.). 2000-2002. *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2 – Humanismos e Reformas e vol. 3 – Religião e Secularização. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castro, M. 2019. “Mais solenidades e festividades...”. En *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança. Percursos e olhares*. Bragança: IPB/SCMBGC. (no prelo)
- Gouveia, A. 2000. “Espaço sagrado”. En Azevedo, C. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores/CEHR da UCP.
- Gouveia, A. 2001. “Procissões”. En Azevedo, C. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. P-V. Lisboa: Círculo de Leitores/CEHR da UCP.
- Lima, J. 2000. “Festas”. En Azevedo, C. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores/CEHR da UCP.
- Livros de atas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança*. 1832-2008 (20 vols.). Bragança: SCMBGC.

- Monteiro, J. 2019. “Viver, celebrar, morrer...”. En *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança. Percursos e olhares*. Bragança: IPB/SCMBGC. (no prelo)
- Novo Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Bragança* (1878). Porto: Tipografia de Manuel José Pereira.
- O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento*. 1781. Tomo I. Lisboa: Impresor Francisco Luiz Ameno.
- Paiva, J. 2006. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 5. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- Rodrigues, L. 2011. “Bragança na Época Moderna. Militares e Eclesiásticos. A rua, a praça, a casa”, pp. 70-96. En *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, pp. 70 a 96. Porto: UP/FL/DCTP.
- Sousa, F. (coord.). 2013. *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*. Vol. 1. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/CEPESE.
- Sousa, T. 2000. “Instrumentos musicais”. En Azevedo, C. (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores/CEHR da UCP.